

ENTREVISTA COM O PROF. CLAUDIO ACCURSO*

CLÁUDIO ACCURSO

Formado economista pela UFRGS, fez seus cursos de pós-graduação na Escolatina – Universidade do Chile – e na CEPAL, Nações Unidas. Foi professor universitário até 1964, sendo reincorporado em 1980. Além de longos anos de assessoria governamental na área de planejamento e de projetos, tanto como integrante de quadros públicos como consultor privado, esteve também a serviço de Grupos Assessores das Nações Unidas, na Bolívia e no Peru, na qualidade de coordenador. Atualmente tem seus serviços prestados ao BRDE e à Secretaria de Coordenação e Planejamento.

1 – O trabalho *Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul*, do qual o Senhor participou na qualidade de assessor, conclui ser a falta de resposta da estrutura produtiva gaúcha aos estímulos da economia brasileira a causa determinante do baixo crescimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul na década de 50.

Na sua opinião, na atual conjuntura, ainda é válido buscar endogenamente as causas dos problemas econômicos do Rio Grande do Sul?

Não acho que seja válido **buscar** endogenamente as causas para explicar os problemas do RS ou de qualquer outra economia, neste ou noutro período. A posição do analista não pode ser de simpatia por esta ou aquela abordagem, mas de preocupação com que as causas afluam com toda a naturalidade. Nesse sentido, ao final, as causas poderão ser catalogadas como endógenas ou não. Na década dos 50, na agricultura, o problema, no fundo, era de uma economia tentando substituir sua atividade de ponta, aguardando a oportunidade que o mercado ainda não lhe havia definido. Não obstante, o mercado é um dado, na presença de um padrão tecnológico também dado, porque, a partir da modificação deste, aquele é perfeitamente

*Participaram da entrevista os técnicos: Eneas de Costa de Souza, Rubens Soares de Lima, Maria Elena de Almeida, Claudio Einloft, Maria Heloisa Lenz, Raymundo Guimarães.

alterável. Se não havia mercado para novos produtos, era inquestionável a sua existência para os que já figuravam na pauta, desde, é claro, que se alterassem algumas condições de oferta. O RS, então, não perdia mercado, apenas não se habilitava aos acréscimos que vinham ocorrendo, o que obrigava a se olhar com mais cuidado as condições de produção locais. Se os testes de fatores “externos” excluíssem sua influência maior, necessariamente recairia nos “internos” a explicação mais palpável para o quadro de estancamento. Por isso, se deu tanta ênfase ao padrão de produtividade e ao quadro institucional, embora mais tarde, quando o mercado se ampliou consideravelmente, ambos fatores se mostraram sem importância.

Quanto ao setor industrial, no que se refere aos seus ramos tradicionais, as explicações em parte gravitavam em torno de causas “internas”, na medida em que não se efetiva um amplo espectro de possibilidade, sobretudo plasmado em inovações perfeitamente viáveis. Quanto aos “não tradicionais”, as possibilidades já se mostravam diferentes, porque suas alternativas já se dão a nível de país, onde a acumulação anterior é importante, sobretudo no que se refere a “economias externas”. Os problemas, no caso, já pertencem a outra esfera, o que não quer dizer, contudo, que não estejam à mão dos interesses locais, quando não estão vinculados a estreitas relações técnico-econômicas.

O que talvez tenha influenciado a opinião ao início dos 60 foi a consciência de que uma gama considerável de oportunidades estava à mão e não se fazia qualquer esforço ordenado para colhê-las. Não havia sequer uma proposta cabal para o próprio desenvolvimento estadual, não se superando as demandas por soluções parciais e de muito curto prazo. No fundo, a questão era colocada mais ou menos assim: se há um amplo campo para avanços de toda ordem através de instituições e decisões locais, a invocação de limites “externos” não é pura desculpa de uma liderança mais comprometida com o “status quo”, embora formalmente engajada em mudanças e inovações?

Foi dentro desse entendimento que se perguntava quais os supostos do modelo que haviam sido alterados, para então caracterizar-se se as causas estavam do lado de fora ou de dentro da economia. Como as bases empíricas invocadas não revelaram alteração nos supostos, não se podia, honestamente, encontrar explicações além daquelas registradas. Outro aspecto que reforçava a referida consciência era o fato de que outros Estados com funções iguais na divisão de trabalho nacional apresentavam “performance” superior. Se os estímulos para todos com igual função tinham respostas diferenciadas no Rio Grande do Sul, só poderiam ser peculiaridades próprias às responsáveis por elas.

Visto, agora, à distância, poderia ser levantada a questão se todas as indagações chegaram a ser feitas, para uma clara identificação das razões externas contra o desenvolvimento local. Estou seguro de que não, embora algumas, como é o caso do trigo, não tenham-se mostrado afirmativas com o desenrolar dos anos. Vale a pena lembrar que o fracasso do trigo — carro-chefe da economia gaúcha de então — coincidia com os grandes excedentes norte-americanos e com as grandes vantagens

financeiras que o Fundo criado com a sua comercialização facultava a um sem número de iniciativas. A relação de causa e efeito tornou-se irresistível. Hoje, que a situação é exatamente a mesma, embora com maior conhecimento científico e sem a repercussão econômica da época, porque o trigo já não tem o mesmo papel relativo, se invocaria o mesmo argumento?

A insistência com aspectos inovadores decorrente da percepção de que o padrão técnico produtivo local dava sinais de um esgotamento mais rápido do que o nacional, o que refletia a abundância relativa de fatores distintos, se apoiava na idéia de que um tal processo sempre tem lugar em alguns setores, em alguns momentos e em alguns lugares. Tudo vai depender de iniciativas, só que essas iniciativas não se dão no abstrato, mas num quadro histórico bem concreto e bem objetivo. É a respeito de seus condicionantes e de suas possibilidades que as indagações pretéritas parecem insuficientes, porque o mesmo aparelho estatal, que algumas inovações tinha patrocinado para melhor dotar a capacidade produtiva estadual (Piratini, Refinaria, BRDE etc.), sequer formulou propostas para mudanças nos processos produtivos e muito menos se engajou, por meio de suas instituições, nas alterações aventadas.

Em resumo, entendo que nenhuma atitude apriorística se justifica no analista e que por isso mesmo deve ser exigente com as bases empíricas de suas conclusões. Sem teoria não se explica nada, porém sem identificação objetiva o entendimento não sai do terreno da suposição.

2 – Como se explica que estudos sobre a economia gaúcha e planos de desenvolvimento para o Estado geralmente considerem o Rio Grande do Sul como uma entidade autônoma, desvinculada de determinações emanadas de um contexto mais amplo?

Se a pergunta fosse mais específica, a resposta poderia ser mais precisa e mais proveitosa, mesmo porque não conheço nenhum estudo e nenhum plano que considerem o Estado como entidade autônoma. O que aconteceu é que os estudos e os planos ou não enfatizaram as relações com o “exterior” ou simplesmente tomaram essas relações como parâmetros, o que não significa ignorá-las. No próprio trabalho comentado anteriormente, se mencionava a importância de serem usados instrumentos estaduais e federais visando modificar o quadro constatado, o que significa tomar em conta “determinações emanadas de um contexto mais amplo”. As relações com o exterior, nacional ou internacional, bem como o grau de financiamento e as transferências fiscais entre a economia gaúcha e a nacional foram examinadas de forma bem objetiva e se não chegaram a receber maior ênfase foi porque não se revelaram de maior importância explicativa do quadro local. Se através dos indicadores usados se tivesse identificado mudanças em seu relacionamento com o exterior, responsáveis pelo insuficiente crescimento da economia gaúcha, não tenho dúvida de que seriam destacadas e analisadas adequadamente.

Quem se coloca a nível de um subsistema não pode ignorar o sistema a que está vinculado. Não obstante, a forma de levá-lo em conta é que pode variar bastante. As relações com o mundo externo se efetivam por meio de relações, mecanismos e instrumentos concretos, passíveis de serem identificados e avaliados objetivamente. É isso que nos permite julgar em cada abordagem, em cada análise, em cada estudo ou plano, a conveniência, a extensão e a profundidade, com que essas relações devam ser tomadas. Por outro lado, os antecedentes disponíveis também ajudam essa consideração, o que faculta muitas vezes as considerações não explícitas.

Infelizmente, o RS como o Brasil não têm um sistema de planejamento, o que torna a elaboração de planos e propostas de ação dos governos um esforço episódico e sempre a prazo até mesmo insuficiente para reflexões mais amplas e mais profundas. Os técnicos, quando chamados para essas missões olímpicas, dificilmente conseguem ultrapassar o que parece ser o essencial para o próximo período administrativo, de modo a deixar claro, pelo menos, as linhas básicas de proposições e alocações de recursos próprios e de terceiros. É preciso, também, ter presente o sentido utilitário desses documentos, voltados mais para uma comunicação fácil entre o futuro governante e sua comunidade do que para explanações densas de categoria mais abstrata. É por isso que, na maioria das vezes, o que foi pensado e considerado para alicerçar o que vem a público fica submerso como se não existisse. Se houvesse oportunidade de reunir todo esse material e todas as questões discutidas, ou seja, os subsídios, é certo que se ganharia um acervo não desprezível.

3 — Como poderia caracterizar a evolução da economia gaúcha dentro do processo brasileiro de acumulação de capital, durante o período em que começou a trabalhar como economista até hoje?

Acho que o problema da acumulação de capital no Brasil e o desenvolvimento regional foi pela primeira vez analisado pelos estudos da FEE, na série dos "25 Anos", no que se refere ao setor agrícola e ao setor industrial. Quando se associa o padrão de acumulação com as funções regionais, se está realmente abrindo uma janela esplêndida para a compreensão do comportamento local. Essa é uma contribuição marcante para o entendimento da economia estadual, que credencia a instituição e estabelece para os analistas um marco referencial obrigatório. Por isso, como no RS não tem nada antes e nem depois sobre o tema, é preciso partir desses estudos para opinar sobre a caracterização do processo.

Parece inquestionável que as funções econômicas cumpridas em cada porção territorial guardam relação íntima com os impulsos recebidos dos investimentos nacionais em cada uma delas. Nesse caso, o desenvolvimento do RS é um pouco também a história de quem detinha certas vantagens absolutas nas etapas de acumulação predominante em cada um dos departamentos econômicos kaleckianos. Quando a acumulação se dava predominantemente no departamento dos bens-salários e o

RS apresentava vantagens em relação a outras áreas, era natural que apresentasse ritmos mais acentuados. Quando a predominância se desloca de departamento e as vantagens já não são as mesmas, o RS tende a ritmos menos intensos.

A acumulação local fica, assim, condicionada a dois fatores: ao padrão de acumulação geral e às vantagens para habilitar-se a ele. O padrão dá a direção da acumulação e as vantagens, a capacidade de participação. Quando muda o padrão de acumulação tem-se explicação para um ritmo menor em relação às áreas de maior incidência do novo padrão. Contudo isso não explica a redução no ritmo anterior e menos ainda a redução em relação a áreas com igual função. Nesse caso, há uma mudança a nível de vantagens anteriores que pouco tem a ver com o novo padrão de acumulação.

O desenvolvimento gaúcho pode ser caracterizado em termos das vantagens com que conta e de vantagens com que não conta, aquelas explicando o curto prazo e, estas, o médio e o longo. Essas vantagens dependem de condições históricas (acumulação anterior), de exigências da acumulação recente e da capacidade de alterar sua função básica de produção, ou seja, de acumular no departamento não prioritário para a economia nacional. O estancamento de sua pecuária e de sua economia colonial, e a pouca evolução de sua indústria tradicional mostram o pouco sucesso em dinamizar o seu departamento de bens-salários, embora ele não esteja parado a nível nacional e tenha-se mostrado até mesmo bastante inovador. É por isso que se tem dado destaque a possibilidades locais que não estão sendo aproveitadas. Quanto às vantagens com que não conta, é uma questão de preparar-se para cumprir com novas funções, o que exige decisões a nível nacional, porque se trata de romper com as tendências centralizadoras do eixo Rio-São Paulo.

Poder-se-ia dizer, em síntese, que o processo de desenvolvimento gaúcho nos últimos vinte anos tem sido uma tentativa permanente de estender ao máximo as vantagens de sua constelação de recursos naturais, de seu capital acumulado e de seu "know how", tanto em sua função tradicional como nas novas funções produtoras de insumos e de bens de capital, via exportação. Isso é o mesmo que dizer: diversificar funções com recursos tradicionais. De outro lado, a diversificação de sua economia com vistas diretamente ao mercado interno é outro dado presente e visível, embora bem mais difícil, pelas exigências de condições localmente menos favoráveis. O esforço que vem sendo despendido pelos governos estaduais, em torno dos segmentos metal-mecânico, eletrônico e petroquímico, se insere num elenco de atividade habilitadoras ao padrão de acumulação nacional predominante.

A baixa taxa de crescimento de sua função tradicional (bens-salário) indica pouco sucesso na busca de economicidade de técnicas novas em relação a outras técnicas alternativas dentro do País. Seu grande sucesso na habilitação às novas funções (bens de consumo durável, insumos e bens de capital), via exportação, mostra que, quando consegue mudar a técnica, o Estado tem prontas e rápidas respostas. Por fim, a sua diversificação produtiva (bens de consumo duráveis, insumos e bens de capital), via direta, ainda está muito no início, e grandes investimentos estão em

plena etapa de maturação. O desenvolvimento gaúcho foi, até os primeiros anos da década dos 60, espelho sensível do cumprimento de sua função tradicional; de lá para cá, reflexo das novas funções, sobretudo a que se efetiva via exportação.

4 – Entre a falta de capacidade empresarial e uma menor capacidade de acumulação de capital, qual seria o fator mais decisivo para explicar o insuficiente ritmo de crescimento da economia estadual?

Enquanto a menor capacidade de acumulação é um dado objetivo, a falta de capacidade empresarial é uma hipótese a ser verificada em cada caso. Talvez, as duas andem juntas e sejam até mesmo lados de uma mesma moeda. Deve-se ponderar, contudo, que grande parte dos investimentos nacionais não é financiada com recursos locais e que o próprio empresariado tem origem, às vezes, no estrangeiro, o que desloca a questão um pouco para as instituições que patrocinam e concorrem para as decisões. A decisão de maior envergadura em toda a história econômica do RS – o pólo petroquímico – nasceu de estudos, arranjos e acordos no seio de instituições públicas, o que põe em evidência a importância de uma liderança local para transformar potencialidade em realidade. Muitas oportunidades não são aproveitadas no RS, por falta de uma perspectiva correta de quanto é possível fazer, usando-se os recursos e os instrumentos disponíveis dentro de novos critérios. Os recursos, os homens, os interesses e as circunstâncias são ingredientes presentes em qualquer processo de desenvolvimento, o que torna difícil a sua hierarquização. O problema todo gravita em torno de interesses, e é difícil imaginar que os interesses comunitários, respeitando certas regras de uma economia de mercado, não sejam suficientemente fortes para condicionar decisões importantes?

5 – A existência de um amplo setor de produção de subsistência constitui-se em obstáculo ou fator de propulsão para o desenvolvimento regional?

Constitui-se em fator de atraso social, pela sua baixa produtividade, má utilização de fatores e representar um reservatório de recursos humanos a pressionar o salário real das camadas mais pobres.

6 – Quais são as possibilidades de o Rio Grande do Sul se converter em um estado exportador de produtos do seu subsolo para o mercado interno brasileiro?

As possibilidades são grandes, não só do subsolo, como também do seu solo. O vetor energético rio-grandense pode ser o grande veículo de transformação da agricultura e da indústria, sobretudo se em torno das fontes primárias for montado

todo um complexo de apoio e de aproveitamento. As oportunidades que estão-se abrindo são realmente expressivas e se o Rio Grande do Sul souber conduzir seus interesses de forma adequada, onde a retórica provinciana ceda lugar ao conhecimento técnico-científico e a estudos sérios interdisciplinares e, ainda, conte com uma coordenação realmente eficiente entre suas diversas agências, não há a menor dúvida de que seus recursos naturais uma vez mais vão jogar um grande estímulo em seu desenvolvimento.

7 — Qual a sua visão da questão agrária dentro da economia gaúcha?

O grande problema agrário gaúcho me parece ser as 200.000 famílias minifundiárias, sem qualquer chance de saírem de sua pobreza e de seu quadro de estancamento, através dos mecanismos de mercado. O pior é que não há consciência dessa realidade e só se toma conhecimento dela quando assume evidências pontiagudas. Não sei porque o Rio Grande do Sul ainda não teve a clarividência de equacionar a questão em sua globalidade e apresentar ao País soluções honestas e funcionais. Por que as soluções têm que ser tomadas quando os problemas já assumem caráter convulsivo? Quantas pessoas que se encontram na esfera decisória da sociedade tomaram contato e fizeram algum tipo de reflexão sobre o Plano de Investimentos Integrados do Rio Grande do Sul, elaborado por um complexo de instituições, tendo à frente a Secretaria de Coordenação e Planejamento? As alternativas de crescimento agrícola que ele oferece são possibilidades que qualquer sociedade preocupada com seu porvir, com seus recursos naturais e com sua população, pelo menos deveria examinar e debater exaustivamente. Ainda recentemente, na "Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul", da atual administração estadual, foi feito um amplo reconhecimento do problema, numa incomum atitude de não fingir que não vê. O fato concreto, contudo, é que o problema está todo colocado em termos financeiros, o que torna impossível o seu equacionamento. Se o próprio Executivo tem a coragem de reconhecer a magnitude da questão, apresentando-a como pauta para decisão social, é incrível que os demais segmentos não assumam a menor predisposição para uma frontal abordagem do tema.

8 — Desde as primeiras tentativas de implantação do orçamento-programa no Rio Grande do Sul, a partir de 1964, na sua opinião houve melhora efetiva na sua elaboração, execução etc., ou esta melhora foi apenas formal?

Não vejo melhoras no orçamento-programa implantado em 1964, a não ser em questões puramente formais. Após tantos anos de trabalho já se poderia dispor de metas nos gastos de custeio, de custos nos serviços, de projetos realmente avaliáveis como os que vão a qualquer banco de desenvolvimento e de programas, com

conteúdo e forma tecnicamente universais. Grande avanço se deu nos sistemas físico-financeiros de acompanhamento dos gastos públicos, campo em que se faz trabalho sério e meritório.

Em todo o Brasil, o orçamento-programa é uma verdadeira acusação à tecnoburocracia, pois é o retrato de sua própria incompetência para implantar novos sistemas de alocação de recursos. Um instrumento tão rico para a gestão, particularmente em se tratando de esferas fora das leis de mercado, ficou transformado num medíocre preenchimento de formulários, sem qualquer critério sério e sem oferecer meios para avaliações do custo-benefício das aplicações financeiras. Sabe-se que muitos administradores públicos não querem nem ouvir falar de orçamento-programa, porque assim podem improvisar "políticas" segundo seus interesses momentâneos e suas improvisações. O poder pessoal, assim, toma contornos pomposos. Há muitos, entretanto, que também imprimem sua orientação, porém dentro da técnica e de formas racionais, sem constituir-se em obstáculo a uma aplicação de meios justificável do ponto de vista de sua produtividade social. Quando os técnicos capitulam de sua função e se justificam sob a alegação de que os "políticos" não querem, nada mais fazem do que o jogo da inoperância e do desperdício, sonhando pautas de decisão que significariam avanços e contribuições ao desenvolvimento, além de ajudar para uma nova consciência a respeito dos recursos e de suas aplicações.

O Tribunal de Contas, por exemplo, anda desesperadamente atrás do cumprimento de metas, para que possa exarar seu parecer sobre o uso adequado dos recursos. Ele sabe que a legalidade do gasto, ou seja, o cumprimento de certas formalidades, pode encobrir um desbaratamento de recursos tão ou mais pernicioso do que um arranhão de algum aspecto formal. No entanto, como avaliar cumprimento de metas se estas não se encontram no orçamento e se, quando há referências sobre objetivos, estes são tão gerais que não se chega a saber para que ponto do globo são reportadas?

Embora passados tantos anos, nada foi adicionado e nem será, porque há uma plácida aceitação do "status quo". No fundo, há um pensamento que podia ser sintetizado no que "não incomodando, está bom". Os órgãos da administração, atordoados com seu dia-a-dia, "não têm tempo" para ocupar-se do que não incomoda; o legislativo, talvez, nem saiba o que é um orçamento-programa e nem para que serve, e por isso mesmo não exige nada; o Tribunal de Contas reclama para quem? e a opinião pública não se interessa por "questões técnicas". Fecha-se, assim, o ciclo do questionamento possível, configurando a quietude balsâmica aos que teriam de zelar pelo aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de gestão pública. Enquanto os próprios técnicos não se sentirem cidadãos e se tornarem exigentes quanto ao uso dos recursos que são de todos, inclusive deles, as rotinas não serão modificadas e as inovações, como o orçamento-programa, estioladas por práticas que são a sua negação.

O problema do tempo perdido é sério, porque modificações como a do orçamento-programa exigem tempo. Não se fazem da noite para o dia e só vingam após

um obstinado processo de avanços e recuos, onde cada recuo sempre fica além do ponto de partida. Cada ponto conquistado passa a ser suscetível de trabalho profundo de investigação sobre critérios técnicos de aplicação e avaliação de recursos, de emprego de fatores, de custos etc., etc., até que se disponha de marcos referenciais qualitativamente superiores para juízos e decisões.

Não parece chocante que o setor público não tenha uma única medida de produtividade em seus gastos correntes ou em seus gastos de capital, não obstante constituir-se na maior unidade de gasto e de emprego da sociedade? Não parece chocante que frente a um quadro de visíveis limitações de recursos não se disponha de um único indicador sobre alternativas de uso dos mesmos? Não parece chocante que se incorporem recursos reais e financeiros dentro da esfera pública sem qualquer critério de "para que", "quanto", "onde" e "quando", como se essas indagações fossem desnecessárias, pela simples razão de tratar-se de área governamental? O fato concreto é que tudo isso não choca, porque já está incorporado a uma paisagem tão familiar que ninguém pergunta se poderia ser mudada ou até se poderia ser melhor. A única preocupação é mantê-la a qualquer custo, porque se justifica por si mesma.

9 – Tem sentido o orçamento-programa e o OPI sem uma programação do Setor Público?

Realmente, não tem e uma vez mais vem a lume a questão do formal. Trabalha-se afanosamente nas embalagens, sem maior cuidado com o que deve ir dentro. Reduzir a alocação de recursos ao orçamento é abandonar a idéia de relações entre o setor público e o setor privado, de interdependência entre as diversas agências que integram o setor, de ver o desenvolvimento como processo temporal, de assegurar continuidade aos próprios trabalhos em andamento e, finalmente, de garantir eficiência nas intervenções governamentais. O sistema de acompanhamento instalado na SCP pode evitar descontinuidade de alguns projetos, porém não pode garantir eficiência no uso dos recursos, porque eles são inseridos nos orçamentos fora de qualquer critério de avaliação econômico-social. O máximo a que se chegou hoje foi garantir cobertura ao gasto, porém nada se sabe quanto à sua produtividade e quanto à alternativa de seu emprego.

10 – Poderão, o orçamento-programa e o OPI, levar, por vias travessas, a uma programação do Setor Público? Mesmo que não conduza a isto, estes dois "instrumentos" estão melhorando a eficiência dos gastos públicos?

O orçamento-programa e o OPI podem conduzir a uma programação, porém não por via de consequência. Todos esses anos têm mostrado que não há relação entre eles. Tudo é uma questão de atitude, decisão e trabalho. Quanto à eficiência,

como saber de resultados se não há indicadores que os reflitam? A febre de uma pessoa pode ser sentida no tato, ou seja, sem termômetro. Essa desconunal enfermidade que se chama ineficiência é mais exigente, porque adquire faces enganadoras e se insinua com sonoridades até mesmo cativantes. Se não se toma cuidados para cercá-la de todo um instrumental técnico laboriosamente construído, corre-se o risco de assimilá-la e com ela conviver, sem qualquer sinal de anormalidade. O grande dano da ineficiência é que ela não mata!

11 — Na sua opinião, quais as razões básicas da grande descentralização administrativa — Administração Direta e Indireta — do Estado do Rio Grande do Sul?

Parte se deve à busca de flexibilidade que a função exige, parte a interesses em fugir de controles que, mesmo inconseqüentes, são incômodos. O emprego no setor público, em grande parte, é fim e não meio para produzir bem e serviços. Existe como que uma quota anual de empreguismo, que deve ser satisfeita imperiosamente, assim como existe também um certo fundo destinado a suportar esse encargo. A preservação da taxa média de salário vai depender da evolução da quota e do fundo, sendo que, se aquela evolui mais rápida, a taxa média tende a cair, subindo esta se a evolução se der ao contrário.

Os desdobramentos que as agências públicas vão tomando em boa parte são formas de defesa da taxa média de salários, assim como os inúmeros quadros que compõem a administração. A tal ponto chegou esse desdobramento que, pelo número, poucos são os quadros tão particulares quanto o Quadro Geral do Estado. Cada vez que se dá um desdobramento desse tipo, deve aumentar a taxa média de salários do grupo, deteriorando-se, posteriormente, conforme sua vulnerabilidade à quota de empreguismo anual ou conforme sua capacidade em barganhar recursos.

Robert T. Daland, analisando a burocracia brasileira, identificou quatro grandes funções: a) canal de mobilidade para a classe média educada; b) garantir renda permanente para a classe média que serve de apoio ao regime; c) prover um baixo nível de certos serviços; d) propiciar negócios (Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro). As duas primeiras e a última jogam fortemente a favor dos desdobramentos e descentralizações. Coisa curiosa são as razões formais apresentadas para esses procedimentos e, depois, a impossibilidade prática de sua verificação, pela total inexistência de indicadores. Aquilo apresentado como importante não pode sequer ser medido, o que mostra o pouco valor dessas aparências.

Outro dado relevante é que boa parte das atividades prestadoras de serviços públicos se dá em regime do monopólio, ou seja, fora de qualquer sistema concorrencial, o que lhes permite cobrir tranquilamente seus custos, independente de sua produtividade. Se, em termos privados, o monopólio é sinônimo de lucros extras, em termos públicos pode perfeitamente significar taxa salarial também extra, até mesmo em relação às vigôntes no mercado.

Das observações anteriores não deve ficar a impressão de que todos os fatores empregados sejam mal aproveitados ou que contem com remuneração adequada. A administração pública é desconcertante justamente porque tem mesclado funções antagônicas, coexistindo nos mesmos ambientes e quase personificadas dentre os recursos reais disponíveis. Um grande número de pessoas trata sua função como profissional engajado em seus misteres e "levando o piano" como se fosse coisa sua. São dignificantes esses exemplos e, obviamente, sua remuneração nivelada não passa de total injustiça. Em todo caso, o setor público não existe para reconhecimento dessas dignidades e por isso mesmo suas funções básicas devem ser cumpridas improrrogavelmente e através dos expedientes mais engenhosos.

12 – Tendo em vista a centralização de poderes de política econômica no nível federal, verificada nos últimos anos, no seu entender quais são as possibilidades do planejamento ser um instrumento efetivo do desenvolvimento estadual?

O fato de os instrumentos estarem enfeixados no Governo Federal não invalida o planejamento regional e não impede a sua contribuição ao desenvolvimento. O que torna difícil essa articulação é que o Governo Federal não acredita em planejamento e todo plano estadual deve ser recebido como instrumento exótico. A despeito dessa dificuldade, acho importante continuar planejando, porque não acredito que se possa construir uma sociedade trabalhando exclusivamente sobre a conjuntura, e calcado num mercado povoado de monopólios e oligopólios. Na medida em que as unidades federadas dispuserem de seus planos e exigirem do Governo Federal o uso de instrumentos segundo o que lhes parece mais conveniente, vão se gerar pressões impossíveis de serem iludidas e por isso tendentes a elevar a racionalidade de seu emprego.

O Brasil não vai poder ser gerido fora de um sistema de planejamento, envolvendo setores e espaços simultaneamente. A maior experiência nesse terreno estava com o setor agrícola, em cujo Ministério Paulinelli, ao longo de quatro anos, foi organizado um amplo sistema de planejamento, articulando todos os estados e com proposições para o curto, médio e longo prazos. Infelizmente, em apenas 60 dias o sistema foi liquidado para dar lugar a funções que nada têm a ver com o planejamento. O tempo, contudo, vem mostrando a imprescindibilidade do planejamento, o que serve para alentar todo trabalho nessa direção.

13 – Dada a sua longa experiência de participação de equipes que elaboraram planos para a economia gaúcha, como o Senhor vê, atualmente, a viabilidade do processo de planejamento?

Vejo o processo de planejamento indispensável e acho que mais dias menos dias um número maior de pessoas se convencerá dessa necessidade. Acontece no

Brasil que gastamos as palavras antes do exercício das idéias e por isso até nos cansamos do que não chegamos a experimentar. O “planejamento brasileiro” teve o grande infortúnio de ter sido escolhido para fantasia de carnaval, ou seja, para encobrir o que era e para aparentar o que não era. Era a improvisação, a irresponsabilidade das cifras, o ilusionismo das soluções, as visões parciais, o imediatismo, o esforço editorial. Tudo isso travestido de plano: sem coerência setorial, sem expressão territorial, sem compatibilidades globais reais e financeiras, sem elaboração séria, sem discussão, sem nada que merecesse tal designação. Isso foi apresentado ao Brasil, pelo menos por dez anos, como planos nacionais, tempo suficiente para cansar qualquer imagem e exaurir qualquer idéia sem consequência. Se perguntássemos a um antiplanejador o que faria no lugar dos planejadores que tivemos, ele responderia se fosse honesto: o mesmo. A grande virtude do ministro atual é que ele não acredita em planejamento e disso não faz mistério. Teve a honestidade de tirar a fantasia de seu trabalho e só não tirou o nome do seu ministério por preito ao seu admirável bom humor.

O Brasil não pode deixar de ter um sistema de planejamento sério, independente das pessoas em trânsito pelo poder e dos anos que isso exigir. A evidência vai terminar se impondo. Como é possível imaginar-se as correções estruturais da economia brasileira sem marcos de curto, médio e longo prazos e sem o instrumental ajustado às metas e cronogramas estabelecidos? Será que os desequilíbrios de hoje — inflação, balança de pagamento, distribuição da renda, desigualdades regionais, disfunções a nível de fatores, descontrole ecológico, o gigantismo urbano etc. — podem ser equacionados com base exclusivamente num mercado fortemente oligopolizado e com grande influência externa, e estribado apenas em sucessivos e indefiníveis ajustes de curtíssimo prazo?

Esse tipo de gestão econômica dificulta as tarefas do planejamento, porém como os estados pensam dialogar com o Governo Federal se não através de planos abrangentes que lhe absorvam perspectivas para uma ação múltipla e com resultados previamente avaliados? Também pensam em aproveitar suas potencialidades, em reforçar suas funções, em participar de novas funções e beneficiar-se de modo crescente do processo de acumulação de capital, através apenas de contatos aleatórios e de proposições isoladas? Se pensam assim, podem estar seguros de que pouco vão conseguir e nada vai ser modificado em relação ao eixo Rio-São Paulo.

As distorções acumuladas ao longo dos anos, em que pese desempenhos do Produto até brilhantes, exigem que o desenvolvimento brasileiro não seja algo subentendido, resultante de disposições assíncronas e assimétricas, transferindo, sucessivamente, soluções que todos esperavam já contempladas. O Brasil não pode continuar sendo visto como um barco que chega, ou seja, apenas pelo desempenho cumprido. É preciso também vê-lo como um barco que sai, com roteiro e objetivos bem claros, medidos e avaliados previamente. Dizer-se ou proceder-se como se isso não fosse possível é negar a própria navegação. É baseado nessa negativa que se vem engolindo todo resultado apresentado e exigindo liberdade para enfrentar as surpre-

sas das viagens, o que tem significado, na prática, liberdade para levar o barco para qualquer porto, em qualquer tempo, com qualquer carga e em qualquer estado de avaria. O mais estranho é que os donos do barco não sabem de nada, enquanto seus pilotos é que sabem de tudo e apenas pedem àqueles que aceitem como inevitáveis os resultados de cada peregrinação.

Com o enorme arsenal de conhecimento teórico, de lastro empírico acumulado nos grandes centros de ciência, de investigações e estudos feitos por técnicos nacionais, de bagagem e capacitação dos profissionais e empresários brasileiros, e dos recursos instrumentais como os computadores à disposição da sociedade, será que a gestão econômica do País tem que continuar sendo pautada pelas apalpadelas pragmáticas e por idiosincrasias pessoais?

Não creio que a sociedade brasileira não esteja desejosa de outro tipo de gestão e que as decisões nacionais não possam ser amparadas em pautas mais ricas. O grande problema que eu vejo é como estabelecer a dignidade da idéia do planejamento e a utilidade de seu emprego. Como restaurar a seriedade do instrumento depois de tanto anos de folia e sobretudo quando os problemas de curtíssimo prazo não deixam lugar a que se enxergue além da ponta do sapato?

Um processo de planejamento exige tempo, pessoal preparado, instituições adequadas e informações corretas. Isso tudo significa recursos e muito trabalho, e significa também aceitar etapas de aperfeiçoamento paulatino. Não se trata de nenhum processo mágico, mas de preparação de pautas de decisão para que a nação seja o que deseja ser e, não, no que resulta ser. Há um único ingrediente fundamental para tudo isso: seriedade. Há um outro também: decisão política.

14 — Como o Senhor vê a questão política e seu encaminhamento dentro do processo de planejamento?

A questão política é a questão dos interesses em jogo. Como esses interesses existem, são reais, e por isso estão presentes de forma explícita ou não em cada decisão, devem também estar presentes no processo de planejamento. É por isso que o planejamento tem que ser um processo, para dar oportunidade a que os mais diversos interesses se façam sentir e que de seus choques e contrachoque resultem decisões consentidas e acordadas. Através do processo de planejamento os diversos grupos sociais ficarão sabendo sua participação e seus benefícios em termos de visão de conjunto e de sua interdependência no trabalho comum. É a única forma de garantir posições relativas a todos os participantes e de aceitar consensos prévios para a missão compartilhada por todos. As decisões tomadas fora de um processo de planejamento são sempre de aferição “ex post” e por isso suspeitas para os grupos sociais que delas não tiveram participação. Se a intenção é beneficiar a maioria sem com isso criar disfunções no sistema, qual a razão para que a gestão econômica a ser posta em prática não seja apresentada em sua expressão cabal com objetivos, meios,

tempos e relações perfeitamente definidas, harmonizadas, compatibilizadas e com as respectivas margens de ajustes fixadas? Será que a alardeada dificuldade para levar à prática o planejamento não passa de um escape político para uns grupos usurparem vantagens no emaranhado de expedientes em que se constitui a política econômica sem plano? Os propósitos de usurpação, como é o caso da concentração de renda, seriam aceitos se fizessem parte explícita de uma gestão enunciada para “um rápido desenvolvimento, pleno emprego etc., etc.”?

Por essas razões e outras é que eu penso que só com pleno exercício da democracia, onde todos os interesses sejam manifestos livremente, é que a sociedade civil pode enfrentar os grandes interesses econômicos em cena e delinear sua própria vontade na condução do desenvolvimento. O planejamento é o instrumento mais eficaz para o exercício da democracia, porque representa uma forma de alocar recursos tendo presente as imperfeições de um mercado oligopolizado e, por isso, a única alternativa válida para evitar o livre jogo de minorias em relação às grandes maiorias. Quando não se faz planejamento ou se finge que faz, se está abrindo mão do único mecanismo capaz de evitar essa manipulação, ao mesmo tempo que se deixa de apresentar um amplo leque de oportunidades às decisões particulares de cada um. É claro que se pode pensar num planejamento contra a maioria, porém já não será mais um instrumento da democracia.

Como a montagem de um processo de planejamento é demorada, é urgente que se lhe dê início o mais rápido possível, para que também cedo se possa dispor de uma versão operacional de relacionamento entre as esferas social, política e econômica. Quanto menos se trabalha pelo planejamento, menos resultados se pode esperar dele a curto prazo e, como os problemas a resolver são sempre urgentes, termina-se por encontrar argumentos para a sua postergação. Abrir mão do planejamento significa abrir mão de opções conscientes e socialmente consentidas e isso só pode ser admitido em sociedades onde alguns grupos pensam apropriar-se de vantagens por expedientes de pura escamoteação.

A pretensão de fazer planejamento sem política — sonho dos que sonham com geometrias fantasiosas — ou é ingenuidade ou é má fé, porque é a maneira de fazer política, ou seja, beneficiar certos interesses, dizendo que não faz. Aliás, isso é válido também para todos que advogam que estudante, militar, padre, artista, operário etc., não devem fazer política no exercício de suas funções, como se a divisão social do trabalho tivesse a capacidade de anular os interesses comuns de grupos, classes, religiões etc. O planejamento em nada fica prejudicado com a política. Esta é que fica sob suspeita sem aquele.

15 — Que tipo de limitações encontrou para o desenvolvimento de suas atividades profissionais como Consultor da ONU?

Um consultor, seja nacional seja internacional, é sempre figura secundária e nada se altera em relação a qualquer outro técnico que se mantém dentro de suas

estritas funções. A diferença de ser da ONU é que nessa condição há mais liberdade para certas abordagens e mais recursos institucionais à disposição dos técnicos. É admirável como um profissional a serviço da ONU conta com a ajuda e presença dessa instituição, o que lhe é pelo menos confortável. O problema sério é a respeito dos governos, que muitas vezes não sabem nem o que fazer com a assessoria que recebem. Não poucas vezes essa assessoria é inadequada, porém um grande número de casos ela se defronta com resistências dos nacionais que torna todo o trabalho de pouca utilidade. Ocorre também que grupos internos pedem assessoria internacional para sentirem-se respaldados em relação a outros que lhe são concorrentes ou para simplesmente contarem com credibilidade e recursos. Não obstante, as Nações Unidas são credoras de grandes trabalhos e de grande ajuda a países subdesenvolvidos, em todos os campos, o que dá aos técnicos participantes uma agradável sensação de utilidade.

A limitação maior na ONU, como funcionário internacional, é que todo trabalho é junto a intermediários nacionais — os contraportes — que são os verdadeiros encarregados de fazer com que tudo ande. A influência e repercussão de uma consultoria está muito na dependência da qualidade e disposição desses intermediários. Em certas circunstâncias, os ambientes chegam a se tornar intoleráveis. Há, também, suspeitas nacionais, alimentadas para manter divisões convenientes. Em certa ocasião, na Bolívia, tive que passar por português, sob pena de não poder fazer o meu trabalho.

Como técnicos nacionais, também encontramos resistências, reticências e simulações de toda ordem, porém o fato de estarmos integrados numa mesma cultura, numa mesma história e num mesmo futuro, nos autoriza a sermos muito mais enérgicos e exigirmos maior consequência do trabalho. Isso também nos dá um sentido maior quanto à ênfase e oportunidade de cada medida, o que é bem mais difícil no estrangeiro.

Outra questão importante é que um consultor nacional quase sempre pode escolher sua equipe, enquanto na ONU as equipes são formadas com gente de todo mundo e com as mais diversas formações, o que dificulta sobremodo a orientação e coordenação. Assim como vêm técnicos do maior gabarito e de fácil relacionamento, vêm outros de difícil convivência e de capacitação duvidosa. As coisas às vezes se complicam bastante.

Finalmente, há o problema das aparências e das formas, por certo bem mais rigoroso no relacionamento direto com os governos. As sugestões não podem parecer influência e as críticas sempre devem estar revestidas de poderosos amortecedores. A própria burocracia da ONU se preocupa muito com que algum "expert" não a comprometa com algum governo-membro. O fato concreto é que se fica com a sensação de estar mais distante dos acontecimentos do que quando se atua como técnico nacional.

16 — Qual a maior diferença encontrada entre o desempenho das atividades profissionais na empresa privada e no Setor Público?

A grande diferença é que todos na empresa estão na mesma função, enquanto no setor público há pelo menos quatro funções, conforme referido anteriormente, o que torna muito complicado o trabalho e a coexistência. Como as quatro funções devem ser cumpridas e não se sabe quem é quem e nem qual a prioridade em cada momento, termina não se podendo fazer o que se gostaria. Por outro lado, na empresa se trabalha com o tempo e o custo na frente, podendo ser um pouco atropelante, porém dá a todos um mínimo de eficiência e faz com que as equipes tenham mais homogeneidade e mais identificação. Como, em média, também se paga melhor — remunera-se apenas uma função e não quatro — o grau de satisfação também é maior. Paradoxalmente, o setor público conta com grandes técnico — talvez os melhores — porém não dispõe das melhores equipes (heterogeneidade), mesmo que isso circunstancialmente possa não ser verdadeiro.

17 — Qual a lembrança guardada, mais nitidamente, da sua experiência profissional na PLANISUL?*

A PLANISUL (Planejamento e Projetos) foi uma empresa de consultoria que nasceu com a mística de fazer trabalho sério e por seu intermédio aprofundar o conhecimento científico da realidade nacional. Nossas origens universitárias alimentavam o sonho de aplicar os excedentes da atividade comercial num centro de investigação que, por seu turno, reverteria em benefício de trabalhos de melhor qualidade.

Enquanto os consultores estrangeiros contam em suas universidades com poderosas retaguardas científicas, os tupiniquins têm que fazer das tripas coração, porque a universidade brasileira tem muito pouco ou nada a oferecer em relação aos problemas tratados pelos consultores. Nós não podíamos esperar pela universidade, ainda mais porque ela começava a viver um período de obscurantismo do qual ainda não saiu.

Essa foi a razão básica de porque a PLANISUL passou a ser também um centro de discussão permanente de estudos e de contribuição interdisciplinares. Por outro lado, o trabalho realizado por consórcios com empresas nacionais e estrangeiras permitiu um amplo intercâmbio de pontos de vista, de abordagens metodológicas, de soluções práticas e de questionamentos teóricos. Também não foi desprezível o concurso de consultores de alto nível contratados para trabalhos específicos. Como foi uma instituição que surgiu e cresceu rápido, transformou-se quase

*PLANISUL S.A. — Planejamento e Projetos.

que num local de encontro de profissionais e estudantes, sobretudo destes, que não tinham onde estagiar e iniciar-se como economistas. Tanta relevância tomou esse fato que valia tanto quanto um título dizer que trabalhava ou tinha trabalhado na PLANISUL.

Toda essa atividade era muito gratificante e a sensação que me dava cada proposta de trabalho, particularmente quando se tratava de assunto menos conhecido, era a de uma tese a ser defendida no mercado profissional e julgada, às vezes, até por instituições internacionais. Era trabalho de imaginação, que não dispensava a teoria e uma considerável base empírica, e que exigia encaminhamentos objetivos e respostas operacionais. Por outro lado, conviver com bons profissionais das mais diversas formações, participar do aperfeiçoamento de profissionais ainda jovens e, ainda, ver revelar-se estudantes de grande potencial, proporcionava a todos um clima agradável de afirmação e de esmero.

Agora, é claro, a PLANISUL era uma empresa, e como tal estava condicionada por sua dinâmica de compra, de venda, de financiamento, de custos, de caixa, de investimentos e de tantos outros aspectos peculiares a essas organizações. Com o rápido crescimento foi inevitável o surgimento de dificuldades de liquidez, agravadas pela morosidade da máquina pública da qual dependia. Essas dificuldades geraram situações muito difíceis, como o atraso da folha de pagamento e de outros compromissos inadiáveis. Muitos de seus colaboradores passaram até mesmo privações, tendo que buscar oportunidades de trabalho em outros locais ou aguentando estoicamente melhores dias. Isso também serviu para temperar o grupo, dando-lhe razões de unidade fora do relacionamento funcional.

Com a ampliação do capital através da sociedade com um grande grupo financeiro gaúcho, a PLANISUL se encontra como empresa e passa também a um outro patamar de negócios. Tornou-se patrimonialmente forte, sustentou vários e grandes projetos concomitantemente em vários estados, operava uma frota própria de 90 veículos e chegou a contar com mais de 600 colaboradores. Esteve entre as 10 primeiras consultorias nacionais e aparentemente tinha tudo para ganhar outros mercados, buscar novas composições acionárias, inclusive com firmas estrangeiras, diversificar suas linhas de trabalho e afirmar-se definitivamente como grande empresa.

Razões múltiplas impediram passos subseqüentes e isso marcou seu sistemático atrofiamento até a sua desativação. Acho que de seus mais de 10 anos de trabalho ficaram boas e más lembranças, mas sobretudo uma experiência de grande valia. Os trabalhos realizados, o conhecimento de pessoas e a consolidação de amizades de muitos são traços indeléveis. O sacrifício de tantos colaboradores, o constrangimento com os acionistas da empresa e o acervo aparentemente perdido de tantos estudos realizados constituem recordações que gostaria muito de não tê-las.

18 — Em função de sua experiência anterior como professor e de seu recente retorno à Universidade, o Senhor diria que as Faculdades de Economia preparam adequadamente o estudante para o enfrentamento das questões essenciais da realidade brasileira?

As Faculdades de Economia não preparam bem, do ponto de vista da teoria, da história e da operacionalidade, a ponto de não se saber o que elas fazem com os alunos durante oito semestres. O curso de graduação é melancólico, a ponto de se tornar obrigatório o pós-graduação, o que não deixa de ser um absurdo. Nós não estamos preparando o aluno para entender, para pensar, para atuar. Estamos preparando para quê? Isso tudo tem que ser repensado, mas repensado com seriedade e sem pressa, embora se trate de questão urgente.

19 — Depois de diversos trabalhos para órgãos públicos, depois de ter participado na atividade de planejamento e contribuído para a confecção de programas de desenvolvimento, depois de ter realizado inúmeras consultorias econômicas, depois de ter formado algumas turmas como professor de economia, qual a sua avaliação da profissão de economista?

É difícil numa resposta sintetizar uma avaliação do economista, particularmente porque haveriam muitos ângulos a comentar. Profissionalmente, é uma boa carreira, no sentido de remuneração, não tanto comparado com outras carreiras e outras atividades, mas com a taxa média de remuneração do País. O mercado é pequeno, ou seja, não tem nada que ver com os milhares que se formam anualmente, porém é bem maior do que se pensa, quando se olha o lado qualitativo. Faltam economistas, embora sobrem bacharéis.

Aqui entra em cena a conveniente preparação para a vida profissional, onde de um lado se necessita de uma boa bagagem acadêmica, porém, de outro, de uma capacitação e predisposição para um exercício profundamente marcado pelas limitações de recursos, de tempo e de interesses. Todas as profissões têm restrições em seu trabalho, o que exige do profissional uma clara consciência do que é possível sem violar um padrão técnico mínimo aceitável. O bom profissional não é o que se nega a trabalhar com essas restrições, mas o que consegue influenciar decisões corretas e alocação racional de recursos apesar delas.

Do ponto de vista profissional, há dois mercados com características distintas: o mercado privado, como profissional liberal ou como assalariado, e o mercado público, como funcionário. A grande diferença entre ambos é que no primeiro só permanecem os que são economistas, ou seja, os que sabem dar soluções objetivas às questões colocadas, razão suficiente para o seu aprimoramento técnico. No segundo, pelas razões funcionais referidas, uma boa parte não pensa como economista, não age como economista, não questiona como economista e só usa sua qualificação

acadêmica para fins de enquadramento e remuneração. Nota-se uma grande diferença entre o médico público, o engenheiro público, o advogado público etc. e o economista público, não no seu grau de interesse e de engajamento, porque aí o problema não é da qualificação profissional e sim de função exercida, mas como postura e exigência pertinentes e características de uma habilitação e de uma atribuição legal. A grande escassez de “produtos” de economistas dentro da área pública é notória, sobretudo pelos demais profissionais que sentem a necessidade de seu concurso.

Essa é uma forte razão de porque a área do economista é seguidamente invadida. Não há um único problema decidido na área pública que não tenha seu aspecto econômico, e, no entanto, muitos não recebem o menor tratamento por parte dos economistas, mesmo quando presentes no setor e nas equipes de trabalho. Por outro lado, enquanto no mercado privado há critérios objetivos para o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade de trabalho, na esfera pública esse padrão ainda não existe, havendo muita elasticidade em torno dele, o que torna menos exigente o aperfeiçoamento profissional. Existe na esfera pública um grupo de economistas ligado à análise e ao estudo de questões econômicas que, de maneira geral, se porta como profissionais, expendendo idéias e opiniões calcadas em conhecimento próprio de um determinado campo científico. É flagrante a diferença de “produção” entre os que estão nesta estreita faixa de atividade e os demais. Quando os economistas partem para assessorar decisões e encaminhar soluções concretas para os problemas em pauta parecem esquecer sua ciência e nisso se confundem com todos os intrusos e palpiteiros que pululam por toda parte. A avaliação desse mercado não pode ser outra que a de um amplo campo, aberto para um trabalho profissional sério e do maior sentido social.

Assiste-se, agora, à emergência de grandes questões, que envolverão o Brasil nos próximos anos: energia, preservação do meio ambiente, escalas urbanas, descentralização industrial, alternativas de transporte, tecnologia e recursos reais, planejamento, administração de preços etc., para as quais os economistas terão que preparar-se a fim de passar a contribuir de forma eficaz e responsável. Profissionalmente haverá um bom mercado, a ser adicionado ao já existente, mas que não está sendo trabalhado convenientemente.

Diria, em resumo, que a profissão do economista dispensa justificativa, tem solicitação crescente, se afirma em contribuições da mais alta qualidade e em nomes do maior respeito, se move sob grandes e inevitáveis restrições, carece de aperfeiçoamento constante, demanda postura crítica, encobre muita omissão, mas, apesar de tudo, é de um fascínio irresistível. É preciso canalizar para ela os melhores talentos, as maiores sensibilidades, as imaginações mais arrojadas e as capacidades operacionais verdadeiramente incansáveis.

20 — Quais devem ser as tarefas do economista hoje? E em particular do economista gaúcho? Quais as linhas de pesquisa e de trabalho?

As tarefas gerais e permanentes devem ser: a) ouvir boa música; b) ler poesia; c) estudar história; d) aprender economia. Dentro ainda das tarefas gerais caberia fazer um ato de contrição semanal, pelo menos pela imodéstia do verbo, pelas previsões feitas, pelas sutis substituições da teoria pela ideologia e, finalmente, por haver tomado desejos por fatos. As menos gerais: a) entender o Brasil dentro de suas peculiaridades e do processo mundial de acumulação do capital; b) pensar o porvir nacional, colocando os interesses das grandes massas como absolutamente prioritários. Como tarefas setoriais, as referidas na resposta anterior servem como dica exemplificativa. A enumeração é grande. Do ponto de vista regional, talvez se possa pensar em três linhas básicas: a) de apoio ao planejamento; b) de análise da economia, o que significa continuar e aprofundar o que está sendo feito, incluindo também aqui aspectos históricos; c) análise de prospecção e de simulação, preparando caminho para os planos de longo prazo e de estratégias às próximas administrações.

Na linha de apoio ao planejamento poder-se-ia pensar nos diagnósticos setoriais para dar base e direção aos instrumentos públicos e ainda investigação e análise de aspectos operacionais importantes para alocação e avaliação de recursos, tais como unidades reais de medida dos serviços públicos, coeficientes técnicos de atendimento e suprimento de certos serviços, participações de fatores na aferição de produtividades, escalas ótimas etc. Se, num primeiro momento, fosse possível incorporar e sistematizar pelo menos a experiência internacional existente, já se estaria dando um grande passo. Nesse campo de trabalho se poderia pensar numa colaboração conjunta de várias instituições, como Secretaria do Planejamento, FEE, órgãos setoriais de planejamento existentes em cada Secretaria, Universidades etc. Por que também não trazer colaboração internacional?